





LÍNGUA, IDENTIDADE ÉTNICA E IDENTIDADE DISCURSIVA

Tania Clemente de Souza

Mestrado Profissional em Linguística e Línguas

Indígenas – Museu Nacional/UFRJ

LÍNGUA E IDENTIDADE DISCURSIVA

"Sou Baré e minha língua materna é nheengatu"

Emerson Chaves de Oliveira

Nossa proposta de hoje é explorar a relação entre identidade étnica e identidade discursiva, mas, antes porém, colocar em pauta as noções de línguas minoritárias, línguas minorizadas e línguas silenciadas. Essas noções, em largo alcance, acabam por trazer à tona a forma como línguas são administradas e, ao mesmo tempo, deflagram o jogo tenso que se institui estre as línguas e m contato, o que vai dar lugar à constituição de uma identidade discursiva.

LÍNGUAS MINORITÁRIAS

A denominação de línguas como minoritárias recobre uma relação mais de confronto do que de contato, frente a uma língua de dominação, ou de prestígio. São línguas que, com esta denominação, perdem em importância política por várias razões: porque são substratos, ou porque são línguas autóctones. E perdem em importância política porque seus falantes são em número menor frente aos falantes e usuários da língua de dominação. Reside aí o estigma de se falar uma "língua menor" e reside aí um dos fatores de, pouco a pouco, virem essas línguas ser silenciadas. Hamel (1988) observa, ainda, que as línguas minoritárias surgem a partir das "trocas linguísticas entre si, [d]o surgimento de conflitos, [d]os processos de deslocamento e de resistência ao ressurgimento dessas línguas minoritárias".

LÍNGUAS MINORIZADAS

As línguas minorizadas são aquelas que "ainda que dividindo o mesmo território com outras línguas, não gozam de privilégio em relação ao uso, sendo assim excluídas social e politicamente." (ARACIL, 1983).

A diferença em termos discursivos entre minoritária e minorizada reside no fato de que forjar uma denominação em termos numéricos – mesmo que isso não corresponda à realidade de todas as populações – como em minoritária, é encobrir o descaso do Estado com relação ao reconhecimento de línguas e povos. Minorizadas denuncia a exclusão social e política e denuncia como se planificam as políticas linguísticas.

LÍNGUAS MINORITÁRIAS E LÍNGUAS MINORIZADAS

Ambas as definições apontam como, em termos de política linguística, são administradas essas línguas. Por isso mesmo, é necessário o enfrentamento por parte daqueles que têm como língua materna uma língua indígena. Um enfrentamento na ordem do discurso, investindo no movimento de política de em várias direções, seja com retomadas, ressurgências, ou línguas co-oficalizações. Seja também no movimento dos que se dedicam a estudar tais línguas.

LÍNGUAS SILENCIADAS

O conceito de língua silenciada vem sendo por mim elaborado em vários trabalhos (Souza, 1994, Souza, 2016, 2018, dentre outros). Já tive oportunidade de expor que a decisão de falar em línguas silenciadas não é por uma questão de eufemismo, mas sim por razões de ordem política e teórica. Retomo, aqui, que numa perspectiva discursiva "Silenciar não é calar, mas impedir que certos sentidos circulem." (Orlandi, 1992). Silenciar é impedir que certos sentidos indesejáveis transitem no bojo do discurso social, definido como aquilo que é permitido dizer, como assinala Pêcheux (1975). Se não podemos dizer x, dizemos y. Assim, por qualquer razão, se não se pode falar numa determinada língua, falamos em outra. Mas imprimimos nesta outra língua, a nossa identidade.

LÍNGUAS SILENCIADAS

Lembro quando em 1984, minha primeira estada entre os Bakairi, ao participar do ritual Batizado do Milho, estava muito emocionada e achando que a tudo entendia. O ritual se iniciava jogando grãos de milho na direção dos quatro pontos cardeais, pensava, mas o Conselheiro bate em meu ombro e fala: "Karaiwa, a gente joga o milho nos cantos que corre o vento." O Conselheiro falava com palavras emprestadas dos Karaiwa, mas o discurso era Bakairi. Ou seja, não importa a língua com que o indígena fale, seu discurso será sempre o discurso indígena.

Línguas Silenciadas

Se as línguas se silenciam, estas não se calam. Não se extinguem. Nem estão dormindo. Migram para outros lugares. Afinal, há as línguas imaginárias, como as oficiais, e há as línguas fluidas, que estão sempre em trânsito, como definem Orlandi e Souza (1988).

Línguas imaginárias são objetos-ficção. Línguas-sistemas, normas, coerções, línguas sem história. É a sistematização que faz com que elas percam a fluidez e se fixem em línguas-imaginárias. (Orlandi e Souza, idem).

As línguas fluidas são as que podem ser observadas e reconhecidas quando focalizamos os processos discursivos, através da história da constituição de formas e sentidos, tomando os textos como unidades (significativas) de análise, no contexto de sua produção. (idem)

A língua fluida não pode ser contida no conjunto de normas e sistematizações. Por isso, as línguas se silenciam, mas ressoam na memória de todos aqueles que um dia tiveram contato com a sua materialidade física.

Gestos políticos em torno das línguas

A migração das línguas se dá também no trabalho contínuo de gestos políticos de retomada, de revivência, recorrendo-se a sábios e lembradores. Nos gestos de co-oficialização de diversas línguas, garantindo uma certificação jurídica. Esses gestos – da ordem do político, da ordem do discurso – trabalham na contramão da extinção e investem no silenciamento como linha de fuga, enfim como resistência.

Faço um parêntese para sublinhar que falar em línguas silenciadas não é uma questão de relativização do olhar, mas sim de se apoiar numa sustentação teórica que trabalha no bojo do materialismo histórico. Logo, não se trata de um "objeto visto de várias perspectivas, mas de uma multiplicidade de objetos diferentes." (Paul Veyne) Por isso, são línguas silenciadas, mas línguas em potencial no lastro da sua historicidade.

A história da colonização e dominação do país é pontuada pelas marcas dos inúmeros conflitos entre as populações indígenas e o Estado. Esses embates, ao mesmo tempo que revelam posturas antagônicas entre os dois lados, significam os movimentos de resistência que vêm garantindo ao índio a preservação de sua identidade étnica. Hoje em dia esses movimentos vêm rompendo fronteiras, quando se configura uma busca por espaços que se projetam para além da demarcação oficial das terras indígenas. É a situação, por exemplo, do movimento de índios de diversas etnias que vêm, em diferentes rotas migratórias, se alojando em grandes centros urbanos, como no Rio de Janeiro, Vitória, São Paulo, etc



Pelas anotações de cronistas e viajantes, nos deparamos com a necessidade de os indígenas se engajarem, já no século XVIII, no trabalho externo – extrativismo e pecuária -, instaura-se assim uma dispersão entre os povos indígenas, resultando, como se deduz, no silenciamento de muitas línguas. Em termos de situação linguística, tem-se, por um lado, o silenciamento de um contingente grande de línguas indígenas e, por outro, a retomada de línguas indígenas, como o exemplo do nheengatu, ou a ressurgência de línguas consideradas extintas.

Desses movimentos na história, temos em determinadas regiões situações linguísticas complexas. Para exemplificar vou tomar o caso do baniwa. Rosário Baniwa nos conta que "o que que aconteceu, é que, no tempo da colonização, quando a Sofia[1] entrou, a maioria do pessoal de baixo, eles perderam a língua, que no caso é o baniwa. Aí de Assunção pra lá eles permaneceram com o baniwa fluente, por causa dessa entrada dos missionário evangélicos. Então, o pessoal de baixo fala nheengatu, e os de Assunção falam baniwa." (apud Souza, et al. 2020)

Com o depoimento de Rosário, mais uma vez atestamos o alcance da língua nheengatu. O nheengatu, podendo ser considerada como língua Geral, foi, por dois séculos, a língua mais falada no Brasil, tendo sido proibida pelo Diretório de Pombal, em 1750. Hoje é falada por uma população aproximada de 20.000 indivíduos, na região Amazônica. Em termos de situação linguística, se tem, por um lado, o silenciamento de um contingente grande de línguas indígenas e, por outro, a retomada de uma língua indígena (nheengatu) de caráter universal. Assim, nas terras Baniwa temos falantes de nheengatu, falantes de baniwa e usuários do português.

[1] Sophia Müller, missionária americana que chega ao Brasil por volta de 1949, por mais de 40 anos serviu no ministério ao Senhor Jesus na Amazônia Brasileira, evangelizando duas tribos: Curipaco e Baniwa.

Quanto à identidade indígena, esta em geral é discutida pelo viés étnico, quando se constata a preservação de manifestações culturais, de organização social, de relações de parentesco, de herança de espólio matrilinear ou patrilinear e da própria denominação étnica. Levando em conta toda a situação das línguas indígenas instaurada pelo confronto trazido pelo trabalho de colonização, em termos discursivos, podemos, então, pensar numa constituição da identidade indígena por outro viés, que não seja estritamente o étnico, mas sim pela(s) língua(s). Um dos critérios oficiais do Estado para reconhecimento dos povos indígenas – e aí reafirmar os direitos destes previstos na Constituição brasileira – é o domínio da língua indígena. Por esse critério, muitos desses povos originários correm o risco de ficarem alijados das políticas indigenistas e de seus direitos. A retomada da língua indígena (seja qual for) vem, assim, em confronto com tal critério, num movimento político de reafirmação da identidade indígena em termos linguísticos e discursivos, e não apenas pela etnia.

A ressurgência de povos e línguas nada mais é que um gesto pleno de decolonização e que, ao mesmo tempo, denuncia o desrespeito imposto aos povos originários.



Como conclusão da nossa fala de hoje, queria reafirmar que no movimento de todas as práticas discursivas aqui sublinhadas, pode-se ainda perceber a história da forma-sujeito-índio, pensada por nós não como a forma-sujeito histórica do capitalismo, mas, ainda assim com base em Pêcheux (1975: 163), quando afirma que "a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina, isto é na qual ele é constituído como sujeito e diz: sou índio" (SOUZA, 1994).

O fecho do nosso percurso de hoje me leva ainda a retomar o que Pêcheux diz em um de seus escritos (Les hommes fous de leurs langues, 1981) sobre a paixão dos homens por suas línguas: há os que se batem pela língua materna e há os que se batem por escrever sobre as línguas. Procuramos falar aqui sobre aqueles que estão em luta pela língua materna. Que língua materna? A resposta não é a que dariam os sábios da linguagem, mas a que está em nossa epígrafe: "Sou Baré e minha língua materna é nheengatu".



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARACIL, Lluís Vicent. Sobre la situació minoritária. In: ARACIL, Lluís Vicent (org.). Dir la realitat. Barcelona: Edicions Països Catalans, 1983. p. 171-206.

Gadet, F. e Pêcheux, M. La langue introuvable. Paris: Maspero, 1981

HAMEL, Rainer Enrique. La política del linguaje y el conflicto interétnico: problemas de investigación sociolingüística. In: ORLANDI, Eni P. Política Lingüística na América Latina. p. 41-73 Campinas, SP: Pontes, 1988.

ORLANDI, Eni. P.; SOUZA, Tania C. C. de. A língua imaginária e a língua fluída: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, Eni. P.(org). Política Linguística na América Latina. – Campinas, SP: Pontes, 1988

ORLANDI, Eni. P. Ciência da Linguagem e Política: Anotações ao Pé das Letras. Campinas, SP: Pontes, 1998.

PÊCHEUX, M. Semântica e Discurso. Campinas, SP: Pontes, 1975.

PONSO, Letícia C. Situação minoritária, população minorizada, língua menor: uma reflexão sobre a valoração do estatuto das línguas na situação de contato linguístico. Revista Gragoatá. Vol. 22. N° 42, p. 184-207. jan-abr. 2017.

ROSA, Rodrigo P. S.; SOUZA, Tania C. C. de. *Política linguística, pluringuismo e consenso*. Revista Interfaces. Vol. 10 n. 2, p. 118-128. 2019

SOUZA, T. C. C. de. *Lingua nacional e materialidade discursiva*: *A influência do tupi*. In: MELLO, Heliana et. all (org). Os contatos linguísticos no Brasil. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. Págs. 241-254.

_____. Que línguas são faladas no Rio de Janeiro? Plurilinguismo e política de línguas. Santarém, PT: Comunicação no VI SIMELP, 2018.

_____. Histórias cruzadas: dizer o feminino, ouvir a mulher indígena. In Daróz, E. P. et al. Tramas, linhas e bordados: o feminino em discurso. Vol. 1 Campinas, SP: Pontes, 2020

_____. Discurso e Oralidade – Um estudo em língua indígena. Tese de Doutorado. Campinas, SP: IEL/UNICAMP, 1994

VEYNE, P. Comme on écrit l'histoire? Paris: Seuil, 1971